


Maria de Lourdes Vale Nascimento e o racismo na aurora do Serviço Social

Maria de Lourdes Vale Nascimento and racism in the dawn of Social Work

Renata GONÇALVES


Universidade Federal de São Paulo, Instituto de Saúde e Sociedade,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Baixada Santista, SP, Brasil.

e-mail: renata.goncalves25@unifesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095>

Priscila Lemos LIRA

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, MG, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-2700-1911>

Resumo: O artigo problematiza a agenda conservadora e moralista das primeiras assistentes sociais brasileiras, que tiveram dificuldades em compreender a complexidade das relações entre a exploração capitalista de classe e o racismo. Como forma de resistência, surgem organizações negras como a Frente Negra Brasileira, com um departamento feminino que visava preparar as mulheres negras para a sobrevivência na sociedade racista. Com o fim das organizações sociais e políticas, imposto pela ditadura do *Estado Novo*, só mais tarde foram retomadas abertamente as discussões sobre o racismo no Brasil. Maria de Lourdes Vale Nascimento, possivelmente uma das primeiras assistentes sociais negras do país, desponta na contramão do conservadorismo e pauta a luta pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, em sua maioria, negras. Este estudo é o resultado de pesquisa bibliográfica e documental, especialmente publicações da imprensa negra como o jornal *Quilombo* (1948-1950) e dos movimentos negros. Consideramos tais materiais importantes fontes para pesquisas ainda pouco exploradas pelo Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Mulheres negras. Racismo. Maria de Lourdes Vale Nascimento.

Abstract: This article problematises the conservative and moralistic agenda of the first Brazilian social workers, who had difficulty understanding the complexity of the relationships between capitalist class exploitation and racism. As a form of resistance, Black organisations such as the Frente Negra Brasileira (Brazilian Black Front) emerged, with a Department of Women that aimed to prepare Black women to survive in a racist society. With the end of social and political organisations, imposed by the *Estado Novo* (New State) dictatorship, discussions about racism in Brazil were only openly resumed later. Maria de Lourdes Vale Nascimento, possibly one of the first Black social workers in the country, emerged to counter conservatism and lead the struggle for the labour rights of domestic workers, the majority of whom are Black. This study is the result of bibliographic and documentary research, particularly of publications from the Black press, such as the newspaper *Quilombo* (1948-1950) and the movimentos negros (Black movements). We consider such material to be an important source for research yet to be explored regarding Social Work.

Keywords: Social Work. Black women. Racism. Maria de Lourdes Vale Nascimento.

Submetido em: 27/4/2024. Aceito em: 18/6/2024.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O Serviço Social é uma profissão que aglutina majoritariamente mulheres. Estas são maioria dentre as(os) profissionais, e o volume é ainda maior na composição do grupo usuário dos serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). E são, sobretudo, as mulheres negras que estão deste outro lado do balcão. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome revelaram, em 2017, que 73,88% das(os) titulares dos programas sociais, entre mulheres e homens, são negras(os). Do total geral de beneficiárias(os) titulares, 93% são mulheres e, dentre estas, 68% são negras, incluindo o ingresso a equipamentos públicos como o Centro de Referência de Assistência Social (Costa, 2017, p. 230). Apesar de as mulheres negras serem ampla maioria de usuárias dos serviços em que se insere a profissão, permanecessem incipientes as formulações teóricas e proposições interventivas que considerem o perfil étnico-racial de quem está na ponta da linha (Lira, 2019), o que também impossibilita abordar a um só tempo a exploração capitalista de classe, a violência patriarcal e o racismo.

Inscrito na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social tem na questão social – compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades impostas pelo capitalismo – o centro de sua fundamentação como especialização do trabalho. Com efeito, o modo de produção capitalista tem como eixo comum a produção social, cada vez mais coletiva, ao passo que a apropriação dos seus frutos se mantém cada vez mais privada e restrita apenas a uma parcela ínfima da sociedade. No interior desta contradição entre capitalismo e questão social, está o trabalho das(os) assistentes sociais, inseridas(os) na reprodução do capital, mas também cada vez mais imersas(os) nas formas coletivas de rebeldia e de resistência.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os(as) assistentes sociais, situados(as) nesse terreno movidos(as) por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (Iamamoto, 2006, p. 28).

Tais formas nem sempre foram nucleares na profissão. E a contradição expressa na rebeldia e na reprodução da dinâmica do capital não pode ser compreendida sem uma análise do próprio desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Sua gênese e institucionalização remontam ao início da década de 1930, período em que se abriu um turbilhão de mudanças sociais.

Os anos de 1930 a 1937 foram marcados por grandes mobilizações: uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de caráter popular (a Frente Negra), uma organização fascista (a Ação Integralista) e uma tentativa de revolução comunista. Foi também na década de 1930 que vimos crescer a luta pelo sufrágio feminino, com posterior direito ao voto já em 1932 (alfabetizadas, é preciso alertar, pois na prática as mulheres da classe trabalhadora ficaram de fora desse processo). Naquele início de decênio, a profissionalização do Serviço Social ganhou relevo a partir da influência do movimento católico conservador, que vislumbrava introduzir um programa unitário de ação social.

Esses processos aparentemente distintos guardam estreitas relações entre si, a começar pelo lugar reservado às mulheres negras, que despontaram como um sujeito político fundamental para a resistência da população ex-escravizada, tanto no que concerne à sobrevivência ou reprodução da força de trabalho (apesar de ser incessantemente empurrada para as margens do sistema capitalista, tornando-se *reserva da reserva* do exército industrial em formação) como no que tange à preservação da cultura negra.

Moralidade e racismo na aurora do Serviço Social

Em artigo sobre a gênese do Serviço Social, Renata Gonçalves (2022) chama a atenção para a fotografia emblemática e bastante conhecida das primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil: 13 jovens mulheres, vestidas de forma bem-comportada, com cabelos presos, maquiagens leves e roupas discretas que mal deixam à mostra seus antebraços. Todas brancas. Os estudos sobre o período as apresentam também como católicas e oriundas da alta classe média. Imagem bem distinta daquelas de trabalhadoras(es) negras(os) que se tornariam objeto de suas intervenções.



Primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil (1938) pela Escola de Serviço Social de São Paulo¹. Imagem reproduzida da Internet. Domínio Público.

Delineavam-se ali as funções destinadas à profissão que deixava de apenas exercer a caridade e passava, por meio da assistência, a intervir de forma cada vez mais ideológica na vida da classe trabalhadora. Assim, “[...] os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da *questão social*, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada *questão racial*” (Gonçalves, 2018, p. 515). Com o fim, do ponto de vista formal, da escravidão, trabalhadoras(es) negras(os) foram jogadas(os) à rua, sem terra e sem pão, sem acesso à instrução e menos ainda a uma profissão.

¹ A imagem, amplamente divulgada na Internet, é capa das inúmeras edições do importante livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, lançado pela primeira vez no ano de 1982.

Crescia, em vários setores da vida social do país, a ideia de que eram as(os) próprias(os) trabalhadoras(es) negras(os) responsáveis por seus destinos miseráveis, e as jovens assistentes sociais pareciam desconsiderar o estreito vínculo entre capitalismo e relações raciais e ignorar o fato de que foram as relações sociais capitalistas que encurralaram trabalhadoras(es) negras(os) “[...] nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia” (Gonçalves, 2018, p. 517). Era preciso conter qualquer possibilidade de revolta considerada pela classe dominante como maus instintos. Era necessário intervir para o *bem* do progresso moral e, como era a moda da época, da perfeição da espécie, o que passava pela promoção da higiene social dos locais degradados das cidades, onde não por acaso habitavam as(os) trabalhadoras(es) negras(os). Famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde eram (e continuam) as mais precárias, passaram a ser identificadas com a ausência de moralidade.

Tornou-se tarefa das assistentes sociais o combate à falta de moralidade. Nessa perspectiva, “[...] faltava às mulheres negras uma formação moral e profissional adequada para se verem livres da vida pecaminosa. As comportadas moças brancas faziam parte de uma engrenagem que transformava (e transforma) os homens negros em ‘suspeitos em potencial’” (Gonçalves, 2022, p. 113). Pouco importava compreender a complexidade das relações étnico-raciais no Brasil, assim como pouco interessava analisar o que estava na origem do que a profissão chamou de *desajuste social*. Suas ações evidenciavam que o objetivo consistia em dar *soluções* às expressões da questão social e, conseqüentemente, dar resposta ao movimento da classe trabalhadora, mas não no sentido de seu fortalecimento, e sim com vistas à sua contenção, nos moldes conservadores e moralizantes. A institucionalização do Serviço Social, portanto, inseriu-se numa ofensiva estatal para conter o potencial de mobilização de trabalhadoras(es). Como parte dessa estrutura, as profissionais da área reproduziram preconceitos, discriminações e tiveram atitudes racistas, muitas das quais foram denunciadas pela imprensa negra da época (Ferreira, 2010).

O perfil profissional que, como para outras formações, era majoritariamente branco, senhorial, católico e sempre atrelado à ideologia racial (e racista) de então, naturalizava o lugar de precarização destinado às famílias trabalhadoras negras. Muitas das obras de caridade sequer acolhiam pessoas negras (fossem elas crianças ou idosos) em condições degradantes de vida, sob o argumento de que, depois de *educadas*, estas não seriam facilmente inseridas no mercado de trabalho. O assistente social Sebastião Rodrigues Alves (1966)², a esse respeito, denunciava o que ele considerava um “[...] aspecto chocante da vida social brasileira [...] (Alves, 1966, p. 46)”, isto é, o fato de que, no Catálogo de Obras Sociais da Legião Brasileira de Assistência, se encontrava a cor (branca) como condição para admissão à suposta *caridade*³. Para o autor, essa exigência estava na contramão dos direitos garantidos na Constituição e tratava-se de um “[...] flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana” (Alves, 1966, p. 46). O autor é dos raros assistentes sociais a analisar, à época, a falta de políticas voltadas às trabalhadoras(es) negras(os), colocadas(os) em uma condição de sofrimento, de “[...] restrições e falta total de amparo” (Alves, 1966, p. 27).

² Rodrigues Alves, por sua importância na luta contra o racismo, será abordado mais à frente (especificamente na nota 6).

³ Essas denúncias foram igualmente estampadas na imprensa negra desde a segunda metade dos anos de 1940. Consultar, por exemplo, os intensos debates ocorridos no jornal *Quilombo*, que circulou de 1948 a 1950, e cujos textos foram compilados em 2003 pela Editora 34. Sobre o assunto, consultar Nascimento (2003).

Quando se examinam os espaços sistematicamente reservados à população negra, fica evidente o pouco acesso à educação, as péssimas condições de moradia e as vagas nos empregos mais precários. Tudo se organiza como se cada grupo ocupasse o *lugar natural* que lhe é reservado, como bem observou Lélia Gonzalez (2018). Foram naturalizadas as condições degradantes a que foram submetidas(os) as(os) trabalhadoras(es) negras(os) – sobretudo os homens –, que, afastadas(os) dos melhores trabalhos, se transformaram em mão de obra abundante e barata para o capital.

Naquele momento em que a força de trabalho masculina negra era preterida em prol do imigrante europeu⁴, eram as mulheres negras que “[...] encontravam emprego mais facilmente que os homens” (Barbosa, 2012, p. 39). Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes observa que, sem a cooperação das mulheres negras e de

[...] suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da ‘população de cor’ teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína muda e paciente, mais não podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aqueles a quem dera a vida! Desamparada, incompreendida e detratada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe [...]. Nos piores contratemplos, ela era o ‘pão’ e o ‘espírito’, consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança. Ninguém pode olhar para essa fase do nosso passado, sem enternecer-se diante da imensa grandeza humana das humildes ‘domésticas de cor’, agentes a um tempo da propagação e da salvação do seu povo (Fernandes, 1978, p. 211).

Mesmo abolida a escravatura, permaneceu uma organização racial da sociedade que determina os lugares socialmente ocupados por trabalhadoras(es) negras(os). Em geral, trata-se das ocupações mais precarizadas, de menor prestígio, de mais baixos salários, cujos efeitos são “[...] violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 2018, p. 191). Violência que remonta ao período escravocrata, quando a parte considerada mais produtiva da propriedade escrava era o ventre gerador. Os senhores de escravos viam as mulheres negras como força de trabalho a ser empregada na produção, mas também reconheciam em seus corpos uma potência produtiva capaz de ampliar seu patrimônio. Esse olhar senhorial retirava das mulheres negras o estatuto de humanidade, ao mesmo tempo que imputava a elas a responsabilidade sobre sua própria condição de subalternidade. Eram açoitadas, mutiladas e estupradas.

Ao privilegiar o moralismo, o Serviço Social contribuiu para obnubilar as estreitas relações entre capitalismo, patriarcado e racismo. Houve uma normalização da miséria, considerada consequência de um *desvio de conduta*, tornando central a suspeição da índole das famílias negras, ao passo em que ficam escamoteadas as desigualdades de classes alicerçadas pelo racismo e pela violência patriarcal, o que também impediu de perceber a diferença qualitativa que esse tipo de opressão tem na construção da identidade da mulher negra. O discurso sobre a moral e os bons costumes impossibilitou que a categoria percebesse a continuidade histórica da condição de *mucama*, ou *mu’kama*, palavra derivada do *Quimbundo*, *mu’kama*, passou a significar no Brasil a “[...] escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que por vezes era ama-de-leite” (Gonzalez, 2018, p. 197). Condição imposta às

⁴ No final do século XIX e início do XX, ganhou força no Brasil o movimento eugenista que alicerçou o projeto racista de nação brasileira. A este respeito, ver, dentre muitos outros, Moura (1988); Góes (2018) e Silva (2022).

mulheres negras, que tiveram seus *corpos sexualizados, animalizados* e transformados em mercadoria e/ou tiveram de voltar à casa-grande como *doméstica* para exercer funções vinculadas aos serviços prestados durante a **escravidão**, incluindo a exposição à violência sexual e/ou foram reduzidas à caricatura da *mãe preta*, representada pela sociedade racista como resignada e passiva frente à opressão e à exploração.

A pauta das mulheres negras: da Frente Negra Brasileira à coluna *Fala a Mulher*

A falta de políticas públicas voltadas ao contingente negro de trabalhadoras(es), tornava urgente agir de forma coletiva enquanto movimento organizado para reivindicação de direitos que vão desde o respeito como ser humano até o emprego digno. A invisibilidade dos problemas provenientes do racismo levou à criação, em 1931, da Frente Negra Brasileira (FNB), que, como resultado do acúmulo de experiências de organizações negras, propunha elevar política, moral e culturalmente a comunidade negra. Nessa organização, as mulheres negras foram reconhecidamente fundamentais. Em depoimento, Aristides Barbosa, liderança da FNB, rememora que, na década de 1930, ainda se vivia numa atmosfera de senzala e que, mesmo “[...] num dia de semana, encontravam-se homens negros nos bares, desempregados, enquanto as mulheres é que trabalhavam” (Barbosa, 2012, p. 36). Eram empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras; enfim, eram elas as responsáveis pela sobrevivência de suas famílias.

Para sobreviver naquele ambiente de miséria, a FNB criou o Departamento de Colocações Domésticas, cujo “[...] objetivo era conseguir serviços domésticos – cozinheira, passadeira, copeira e lavadeira – para as fretenegrinas” (Domingues, 2007, p. 357). Ali nos espaços de formação, as mulheres negras adquiriam a consciência de seus direitos trabalhistas, o que por vezes “[...] impedia suas contratações, mas a Frente também era vista como um selo de garantia de que as mulheres (e homens) que ali estavam eram pessoas honestas” (Gonçalves, 2022, p. 110). Um esforço que durou pouco, pois logo veio o golpe estadonovista e pôs fim às atividades da Frente Negra Brasileira.

Aquela experiência coletiva não inseriu as mulheres negras e sua prole no padrão *harmônico* de famílias *ajustadas*, promovido pelo Serviço Social. Definitivamente, o modelo ideal não correspondia à realidade das famílias negras, com “[...] uniões não legalizadas, grande número de filhos, pais desempregados, mães trabalhando fora, crianças criadas soltas pelas ruas, casas de habitação coletiva” (Ferreira, 2010, p. 153).

A cegueira oficial da profissão começou a ser combatida poucos anos mais tarde, já na volta da democracia, por uma enérgica, criativa e, provavelmente, a primeira assistente social negra: Maria de Lourdes Vale Nascimento. Embora ainda não se tenham informações precisas sobre sua formação na área, em vários de seus textos, Maria Nascimento se apresenta como assistente social do Serviço Social da Guanabara⁵. E têm crescido as pesquisas que a apresentam como assistente social. Eliane Almeida, por exemplo, escreve que

⁵ A esse respeito, consultar Nascimento (1948; 1949a; 1949b).

Maria de Lourdes do Vale Nascimento era assistente social e trabalhava com Sebastião Rodrigues Alves⁶ em suas ações nas terapias de psicodrama, utilizadas tanto em seu trabalho profissional inserindo a arte na vida de doentes quanto nos espaços de luta contra o racismo nas atividades propostas nas aulas do TEN (Almeida, 2022, p. 261-262).

Para Andréa Pires Rocha (2022), “Maria de Lourdes Vale Nascimento foi uma assistente social que, entre os anos de 1940 e 1950, estava em intensas atividades políticas, artísticas, educativas e antirracistas voltadas à denúncia e à construção de resoluções para os problemas impostos pelo racismo no Brasil” (Rocha, 2022, p. 269).

Em sua dissertação de mestrado, Kajali Lima Vitório (2019) apresenta Sebastião Rodrigues Alves e Maria de Lourdes Vale do Nascimento como dois assistentes sociais (um homem negro e uma mulher negra) que “[...] contestaram os traços de eugenismo e biologismo presentes da análise racial realizada pelo Serviço Social à medida que identificam o preconceito existente nas instituições sociais” (Vitório, 2019, p. 32). A autora observa que ambos “[...] apresentaram um panorama sobre a situação da população negra no período, entretanto, sem abandonar as premissas de harmonia social que balizavam o horizonte da profissão” (Vitório, 2019, p. 32). Com relação especificamente a Maria Nascimento, a autora enfatiza que esta “[...] constata a diferença entre a situação de crianças negras e brancas, deslocando a análise do biologismo determinista para os aspectos da dinâmica social” (Vitório, 2019, p. 33).

Observações semelhantes a essas levaram a pesquisadora Giovana Xavier, por sua vez, a explicar que, além das ações no interior do movimento negro, Maria Nascimento “[...] se destacou no Serviço de Assistência Social da Guanabara como árdua defensora da ‘infância negra’. Não por acaso, sempre que tinha oportunidade apontava a educação infantil como uma das ‘dificuldades sociais’ que [nós negros] temos que enfrentar” (Xavier, 2015, p. 2).

Na pesquisa realizada por Jorge Willian da Silva dos Santos (2022), acerca da formação de Maria de Lourdes, lemos que ela desenvolveu

[...] o curso de Contabilidade ainda em Franca e posteriormente fez Serviço Social, atuou também como Jornalista e Professora. Todas as atividades que desenvolvia estavam relacionadas à vida como ativista nos movimentos sociais negros, mais especificamente, no direito das mulheres negras e empregadas domésticas da época (Santos, 2022, p. 62).

Porém, o autor observa que são raros ou quase inexistentes os documentos “[...] que descrevem sobre o histórico acadêmico de Maria de Lourdes, problema que decorre da invisibilidade imposta a intelectuais negras e negros, como aconteceu com Sebastião Rodrigues Alves” (Santos, 2022, p. 62).

⁶ Assistente Social negro, autor de *Ecologia do grupo afro-brasileiro* (1966). Ao lado de Abdias Nascimento, foi um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro nos anos 1940. Para Kajali Lima Vitório (2019), o autor elabora, já no seu Trabalho de Conclusão de Curso, “[...] uma análise sobre a situação da população negra à época e aponta a necessidade de incorporação da questão racial na formação em Serviço Social, assim como reflete sobre o papel que a profissão teria na melhoria das condições da população negra, em especial” (Vitório, 2019, p. 32).

Apesar da falta de um documento que forneça uma certificação exata de sua formação na área, as críticas contundentes que teceu à jovem profissão asseguram a ela um lugar de destaque quando o assunto é examinar a gênese do Serviço Social, os desdobramentos das práticas assistencialistas e, especialmente, a anulação do debate étnico-racial na categoria profissional.

Maria Nascimento (como assinava) era ativista do movimento negro e foi uma das fundadoras do Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro, em 1944, no interior do qual foi criado o jornal *Quilombo*, de 1948 a 1950, onde ela dirigiu a coluna *Fala a Mulher*; além disso, presidiu o Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950). Seu ativismo no TEN, no jornal ou no Conselho é parte de um contexto maior, relacionado às lutas históricas da população negra. Ela entendeu como ninguém “[...] que o nome ‘Fala a Mulher’ dizia respeito à capacidade de transformar em texto escrito os clamores femininos por dias melhores” (Xavier, 2016, p. 122). E eram muitas as pautas diante da deterioração das vidas negras.

Será tarefa para outro momento fazer uma apresentação minuciosa desta que pode ter sido a primeira assistente social negra do Brasil⁷. No curto espaço deste artigo, cabe enfatizar que Maria de Lourdes Vale Nascimento se tornou, ao lado de Abdias Nascimento (à época, seu companheiro) e de outros expoentes do movimento negro, uma das vozes mais significativas do Teatro Experimental do Negro (TEN). Além das atividades do jornal *Quilombo*, coordenou “[...] o departamento feminino e criou o Conselho Nacional de Mulheres Negras em maio de 1950, como um dos braços do TEN” (Silva, 2010, p. 31).

Buscando soluções concretas para a superação da desigualdade, que entendia não ser apenas de classe, mas também racial e patriarcal, Maria Nascimento usava a coluna *Fala a Mulher* como um espaço de diálogo direto com as mulheres negras, em sua maioria empregadas domésticas. No primeiro número do jornal, se dirige às suas leitoras da seguinte forma:

Desta coluna, conversarei com minhas patrícias de cor. Discutiremos nossos problemas, minhas patrícias, com a simplicidade de verdadeiras irmãs e amigas que se amam. E mesmo quando o debate se tronar porventura mais acalorado, nunca deveremos perder a serenidade. Na maneira de falar e de agir revelamos condições de seres humanos ou procedimento inconsciente de irracionais. Vamos, pois, conversar e atuar como pessoas que só não estão mais integradas neste século de civilização e progresso por falta de oportunidades. Oportunidades que doravante, lutaremos por conseguir (Nascimento, 1948, p. 8).

Nesse número de inauguração, não hesitou em abordar o tema do racismo. Escreveu sobre o racismo de uma criança branca (e judia) que disse não ter gostado de conhecer a creche onde a filha da empregada doméstica negra ficava porque, segundo ele, havia muita mistura de raças. Ao se indignar com o racismo ao qual crianças são expostas pelos seus progenitores, Maria Nascimento nos coloca diante das condições das empregadas domésticas que deixam suas crianças negras para cuidarem das crianças brancas, filhas da classe dominante. Uma continuidade das tarefas da *mucama*, como mencionado por Gonzalez (2018), e uma extensão da figura da *ama de leite*, que, antes de garantir os cuidados desejados a seus bebês, eram obrigadas a amamentar os filhos da casa-grande.

⁷ Sobre sua trajetória, consultar a obra biográfica escrita por Giovana Xavier (2020); os artigos de Eliane de Souza Almeida (2022) e de Andréa Pires Rocha (2022); e as pesquisas de Kajali Lima Vitória (2019) e de Jorge Willian da Silva dos Santos (2022).

Como as *amas de leite*, as empregadas domésticas também eram (e são) expostas a restrições ao exercício da maternidade. Tema que ganha espaço no número seguinte do jornal em que Maria Nascimento, ao tomar como exemplo suas atividades no Serviço Social da Guanabara, que a faziam diariamente subir e descer morros, entrar em porões e cortiços, se deparava com o espetáculo de sempre:

[...] subalimentação, sujeira, miséria e doença. Vegetam por aí crianças sem infância, sem alegria [...]. Essa criança precocemente adulta pela promiscuidade em que vive, pela necessidade de trabalhar – ah, o suplício dos feixes de lenha e das latas d'água na cabeça – é em sua quase totalidade de côr (Nascimento, 1949a, p. 8).

Todavia, ao invés de esperar pelo auxílio do governo ou pelo que ela denominou de *comiseração de instituições de caridade*, a autora conclamou as próprias mulheres negras a modificarem aquele quadro sombrio.

Consciente da discriminação racial que negava leitos em maternidades, Nascimento insistia para que não desanimassem, pois o que estava em jogo era a saúde das crianças negras, que morriam duas vezes mais do que as crianças brancas. Atenta ao peso da *tradição* e aos riscos dos partos caseiros, enfatizou a necessidade de as gestantes fazerem o pré-natal, isto é, abandonarem a ignorância, o atraso e procurarem o auxílio da ciência e da civilização para terem filhos sadios. Uma orientação crucial perante a mortalidade infantil, pois, segundo estatísticas do Departamento Nacional da Criança, na cidade de São Paulo, enquanto morria um infante branco, morriam mais de duas crianças negras (Nascimento, 1949a).

Surgiam ali, na estreita coluna do jornal, os debates mais enfáticos acerca das condições de vida das mulheres negras, sobretudo as moradoras dos morros cariocas. A dedicação de Maria Nascimento a conduziu a promover, em maio de 1949, o Congresso Nacional de Mulheres Negras. Sua voz ressoou durante o congresso e ela foi contundente na defesa dos direitos das empregadas domésticas.

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair do serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto, sem maternidade e sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas, o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão (Nascimento, 1949b, p. 3).

Atuante dentro e fora do jornal, “[...] sua crítica social assumia um tom de reivindicação e denúncia” (Silva, 2010, p. 33). Para além das questões econômicas, destacou outro aspecto, também muito doloroso, ao qual empregadas domésticas eram constantemente submetidas. Segundo Maria Nascimento, o que muita gente não sabia era que, “[...] ao invés da carteira profissional, as domésticas são fichadas na polícia. Assim, sob o disfarce de um serviço de identificação do trabalho doméstico, o que se pratica na polícia é o pré-julgamento de que toda doméstica é uma ladra, uma criminosa” (Nascimento, 1949b, p. 3).

A demanda pela criação de leis que protegessem as empregadas domésticas foi um dos clamores presentes nos documentos finais do I Congresso do Negro Brasileiro, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 1950. Maria Nascimento estava entre as pessoas que mais arraigadamente defendiam essa proposta (Silva, 2010), o que a levará a impulsionar a

criação de um departamento feminino no Teatro Experimental do Negro, que funcionaria sob o nome de Conselho Nacional das Mulheres Negras, cujas ações não podem ser compreendidas fora “[...] de um contexto maior relacionado às lutas históricas da população negra” (Xavier, 2016, p. 122). Visionária da importância daquele movimento, Maria Nascimento procurou expandir as ações do Conselho para além do Rio de Janeiro.

A fim de atingir o carácter nacional, estamos enviando convites às nossas patrícias de todo o Brasil para emprestarem sua adesão e apoio ao novo órgão que tem, entre outros objetivos, o de dar oportunidade às brasileiras pigmentadas de manifestarem seus anseios de problemas. Somente auscultando permanentemente nosso coração e o nosso cérebro, poderemos encontrar remédio para os graves males oriundos do nosso despreparo cultural, profissional e técnico (Nascimento, 1950b, p. 4).

Desde então, o debate em torno da regulamentação das leis que garantiriam os direitos para as empregadas domésticas se tornou tema central da coluna *Fala a Mulher* (que passou a se chamar *Escreve a Mulher*) e da luta das mulheres negras. Nesse processo, Nascimento vai compreendendo também a importância do protagonismo político das mulheres negras e da necessidade de estas se engajarem nas eleições, como candidatas e como eleitoras de outras mulheres negras, para defenderem suas pautas.

Maria Nascimento foi atenta à necessidade de “[...] resguardar o respeito próprio de todo ser humano, evitando que sua ajuda se transforme num ato constrangedor e humilhante para quem a recebe” (Nascimento, 1950a, p. 11). Sua intervenção, seja no jornal ou mais amplamente no interior do movimento negro, a conduziu a ter posturas bem distintas da categoria de assistentes sociais, que adotaram a linha conservadora e a postura de caridade moralista que, além de não enxergar a estreita relação entre a sociedade de classes, o racismo e o patriarcado, responsabilizava as próprias famílias negras, sobretudo as mulheres, por suas condições de miserabilidade. Uma postura que atravessou décadas da profissão e só entrou novamente e de forma decisiva na pauta do Serviço Social nos anos de 1980,

[...] quando outro grupo de assistentes sociais negras ocupou a cena pública dando o tom antirracista nas entidades da categoria, assim como na produção intelectual: Matilde Ribeiro, Elisabete Aparecida Pinto, Suelma Inês Alves de Deus, Maria José Pereira, Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna e, no fim da década de 1990, Roseli Rocha, Maria Isabel Assis (Mabel), dentre outras (Almeida, Rocha; Branco, 2019, p. 172).

Inserida no e influenciada pelo Movimento Negro Unificado, que ganhou visibilidade em julho de 1978, no ato público ocorrido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo contra a violência, a discriminação e o racismo, essa geração levou adiante a luta contra o racismo inaugurada, se não no interior, no mínimo em diálogo com a profissão por Maria Nascimento. E foi além: contribuiu para que a categoria encarasse o combate ao racismo por meio de uma intervenção competente tanto no âmbito técnico-operativo como no teórico-metodológico. Os avanços adquiridos em consonância com os movimentos sociais, em especial o movimento negro e o movimento de mulheres negras, contribuíram para que o debate se expandisse para a urgência de uma formação antirracista que se desdobrasse em uma intervenção com a mesma perspectiva. Ganhou fôlego na área a necessidade dos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social inserirem a questão étnico-racial em seus currículos.

Considerações (in)conclusas

Ao longo deste artigo, examinamos o avanço da agenda conservadora e moralista das primeiras assistentes sociais brasileiras. As moças brancas, bem-comportadas e alinhadas com a ideologia moral, higiênica e eugenista da Ação Católica se furtaram a compreender a complexidade da relação entre a exploração capitalista de classe, a violência patriarcal e a opressão racial. A defesa da classe dominante, que significou controlar qualquer movimentação de trabalhadoras(es), ofuscou a dinâmica da organização operária assim como escamoteou a questão racial. Sob a égide da moral e dos bons costumes, o Serviço Social foi peça nuclear na engrenagem que responsabilizou as famílias de trabalhadoras(es) negras(os), sobretudo as mulheres, de suas condições de miserabilidade.

As formas coletivas de rebeldia e de resistência negra, diante do descaso e das constantes humilhações sofridas, levaram à criação da Frente Negra Brasileira, com um departamento feminino para preparar as mulheres negras para a sobrevivência na sociedade racista. O fechamento dessas organizações negras pela ditadura estadonovista impediu um avanço das lutas contra o racismo. Só mais tarde, na volta à democracia, foram retomadas abertamente as discussões e as ações antirracistas.

No artigo, privilegamos o trabalho de Maria de Lourdes Vale Nascimento e a luta pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, em sua maioria, negras. Inserida no Serviço Social da Guanabara, adotou uma postura distinta daquela conservadora e moralista da categoria de assistentes sociais. Falava às mulheres negras como sujeitas de sua história, e não como objetos de caridade. Lutou ao lado destas, construindo o Conselho Nacional de Mulheres Negras, que se tornou um espaço de formação e de luta pela regulamentação do trabalho das empregadas domésticas, o que significou criar as condições para que as mulheres negras pudessem manifestar seus anseios e problemas, isto é, encontrar coletivamente uma maneira de lutar contra os graves males oriundos da explosiva relação entre capitalismo, racismo e, podemos complementar, violência patriarcal.

Ainda que seja possível perceber um avanço do debate e da produção antirracista no Serviço Social, persiste a invisibilização de mulheres negras assistentes sociais que historicamente contribuíram nesse processo. O tema ainda merece ser analisado pela categoria com o devido rigor. Além disso, as pautas defendidas por Maria de Lourdes são demandas que permanecem atuais na agenda de luta antirracista, em especial dos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres Negras, bem como das(os) profissionais Assistentes Sociais. Sem sombra de dúvidas, nossa categoria profissional ainda tem muito a aprender com Maria de Lourdes Vale Nascimento!

Referências

Almeida, E. S. Sob o manto do esquecimento: Maria de Lourdes Vale do Nascimento e o Teatro Experimental do Negro. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 260-271, 2022.

Almeida, M. S.; Rocha, R. F.; Branco, S. I. D. Assistentes Sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: Silva, M. L. O. (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019 p. 169-181.

- Alves, S. R. **A ecologia do grupo afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1966.
- Barbosa, M. **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 2012.
- Costa, G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 227-246, 2017.
- Domingues, P. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 345-374, 2007.
- Fernandes, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. São Paulo: Ática, 1978.
- Ferreira, C. M. **O negro na gênese do serviço social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- Góes, W. L. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. São Paulo: Liber Ars, 2018.
- Gonçalves, R. Mulheres negras na gênese do Serviço Social: reflexões sobre a encruzilhada dos sistemas interligados de dominação e exploração. *In: EURICO, M. et al. (orgs.). Antirracismos e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2022. p. 101-118.
- Gonçalves, R. Quando a “questão racial” é o nó da “questão social”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.
- Gonzalez, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- Iamamoto, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.
- Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.
- Lira, P. L. **Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais)-Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.
- Moura, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- Nascimento, A. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Nascimento, M. L. V. O Conselho Nacional das Mulheres Negras. Coluna “Escreve a Mulher”. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7-8, p. 4, mar./abr. 1950b.

- Nascimento, M. L. V. A “Fundação Leão XIII” e as favelas. Coluna “Fala a Mulher”. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 11, jan. 1950a.
- Nascimento, M. L. V. O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico. Coluna “Fala a Mulher”. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 3, jul. 1949b.
- Nascimento, M. L. V. Infância agonizante. Coluna “Fala a Mulher”. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 8, mai. 1949a.
- Nascimento, M. L. V. Crianças racistas. Coluna “Fala a Mulher”. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, dez. 1948.
- Rocha, A. P. Assistente Social Maria de Lourdes Nascimento: antirracismo e defesa da infância em 1940-1950. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 269-284, 2022.
- Santos, J. W. S. **O protagonismo negro na história do Brasil**: visibilidade aos Assistentes Sociais Sebastião Rodrigues Alves e Maria de Lourdes Vale Nascimento. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)–Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.
- Silva, A. P. P. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: EURICO, M. *et al.* (orgs.). **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022, p. 38-52.
- Silva, J. Vozes soantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis: mulheres negras no pós 1945. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 28-38, 2010.
- Vitório, K. L. **Debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais)–Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.
- Xavier, G. **Maria de Lourdes Vale Nascimento**: uma intelectual negra do pós-abolição. Niterói: Eduff, 2020.
- Xavier, G. De Maria de Lourdes Vale do Nascimento para as ‘mulheres negras do Brasil’. In: Oliveira, I. de; Pessanha, M. M. de J. **Educação e relações raciais**. Niterói: CEAD/UFF, 2016. v. II. p. 119-129.
- Xavier, G. “Fala a mulher” ou a mulher também fala? Maria de Lourdes Vale Nascimento e as articulações entre gênero, raça e classe no jornal *O Quilombo* (Rio de Janeiro, 1948-1950). In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 7., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 1-16.

Renata GONÇALVES Trabalhou na concepção, delineamento, análise dos dados, redação, adequação para a aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Serviço Social pelo Institut Cardjin – Bélgica (1992). Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Estágio doutoral pela École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris (2003). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Cooordenadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares e do Projeto Intelectuais Negras Brasileiras da Universidade Federal de São Paulo.

Priscila Lemos LIRA Trabalhou na revisão crítica do artigo, redação, adequação para a aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Serviço Social pela Universidade São Francisco (2007). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (2019). Doutoranda em Serviço Social, desde 2021, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Coautora do PodCast *Práxis Preta*. Integra o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares e é pesquisadora do Projeto Intelectuais Negras Brasileiras da Unifesp. Assistente Social da Prefeitura de São Paulo, atuando na política da promoção da igualdade racial.
